

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Ações de Extensão, o Direito à Memória e as Questões Étnico-Raciais no Espaço Escolar

Extension Actions, the Right to Memory and Ethnic Racial Issues in the School Space

Acciones de Extensión, el Derecho a la Memoria y los Problemas Raciales Étnicos en el Espacio Escolar



Andrea Silva Domingues

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
andrea.domingues@gmail.com



Benedita Celeste de Moraes Pinto

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
celpinto18@gmail.com



Ghislaine Dias da Costa Bastos

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
ghiscosta@gmail.com



Eraldo Souza do Carmo

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
eraldo@ufpa.br



Raryson Maciel Rocha

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
raryson@ufpa.br

Resumo: Com o intuito de refletir sobre as questões Étnico-Raciais, a Cultura, a Memória, e sobre o modo como essas questões vem sendo significadas pelo discurso dentro do espaço escolar; este artigo tem como objetivo abordar as ações de extensão realizadas por um grupo de pesquisadores, que buscaram efetivar diferentes frentes de ação extensionistas que pudessem contribuir com a formação de profissionais da educação na Amazônia Tocantina. Como resultados, foi possível identificar um

crescimento constante do índice de interesse e envolvimento não só dos educadores, mas de representantes, líderes sindicais nas discussões realizadas pelos projetos de extensão e na seleção de ingressos do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura da UFPA; com temáticas étnico raciais, fazendo desta forma um uso mais democrático do espaço universitário por parte destas comunidades afro-indígenas.

Palavras-chave: Extensão. Memória. Amazônia. Quilombolas. Indígenas.

Abstract: In order to reflect on racial ethnic issues, culture, memory, and how these issues have been meant by discourse within the school space; this article aims to address the extension actions carried out by a group of researchers, who sought to effect different extensionist action fronts that could contribute to the training of education professionals in the Tocantins Amazon. As results, it was possible to identify a constant growth in the index of interest and involvement not only of educators, but of representatives, union leaders in the discussions held by extension projects and in the selection of students of the Graduate Program in Education and Culture of UFPA; with racial ethnic themes; thus making a more democratic use of the university space by these Afro-indigenous communities.

Keywords: Extension. Memory. Amazon. Indigenous.

Resumen: Con el fin de reflexionar sobre cuestiones étnicas raciales, cultura, memoria y cómo estas cuestiones han sido significados por el discurso dentro del espacio escolar; este artículo tiene como objetivo abordar las acciones de extensión llevadas a cabo por un grupo de investigadores, que buscaban realizar diferentes frentes de acción extensionista que pudieran contribuir a la formación de profesionales de la educación en la Amazonía de Tocantins. Como resultados, fue posible identificar un crecimiento constante en el índice de interés e participación no sólo de los educadores, sino de los representantes, líderes sindicales en los debates celebrados por proyectos de extensión y en la selección de boletos del Programa de Posgrado en Educación y Cultura de la UFPA; con temas étnicos raciales; haciendo así un uso más democrático del espacio universitario por estas comunidades afro-indígenas.

Palabras clave: Extensión. memoria. amazona. Cimarrones. Indígena.

Data de submissão: 31/05/2021

Data de aprovação: 02/09/2021

Considerações Iniciais

Parece inegável a importância conquistada pelas questões do social no ensino brasileiro nos últimos anos. A intenção de superar os limites e as visões compartimentadas das diferentes formas de conhecer a realidade, ou mesmo a sua discussão, têm conduzido cada vez mais educadores, pesquisadores à investigação de temas que exigem a compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de expressão da atividade humana em todas as suas manifestações. É a partir desta intenção que falamos de totalidade, traduzida na compreensão de novos temas de pesquisa relacionados ao ensino e a extensão.

Com o objetivo de desenvolvermos projetos de extensão que favorecessem o estabelecimento de colaborações de caráter multidisciplinar, bem como colaborassem consistentemente no ensino de pós-graduação *stricto sensu*, reunimos um grupo de pesquisadores, educadores de diferentes áreas de saber, do Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins, Cametá da Universidade Federal do Pará, que atuam como permanentes, visitantes e ou convidados no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD), projeto que possui financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que envolve a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), que juntas vêm desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão que fortalecem a construção

do saber científico, intelectual e prática docente referente a formação dos futuros educadores de nosso país.

Através de diferentes frentes de ação que articulassem a extensão, a pesquisa e o ensino, da parceria do Grupo de Pesquisa Discurso, Sentido, Sociedade e Linguagem (DISENSOL); do Grupo de Pesquisa Quilombos e Mocambeiros: história da resistência negra na Amazônia (GPQUIMOHRENA); do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura; do Campus Universitários do Tocantins Cametá da Universidade Federal do Pará e da rede PROCAD Amazônia, buscou-se criar condições para o desenvolvimento e a consolidação de projetos de extensão que contribuíssem para o fortalecimento da compreensão das manifestações da cultura, especialmente de homens e mulheres que sofrem preconceitos em nossa sociedade, pois ações de pesquisa, articuladas com a prática da extensão e do ensino, sempre nos foi uma possibilidade de contribuir para que exista um interesse maior dos estudiosos pela compreensão da influência do discurso, da memória e das culturas em nossa sociedade, já que ao nos dedicarmos ao estudo das manifestações culturais quebramos preconceitos ligados a nossa constituição enquanto Nação a partir de uma ótica que privilegia o etnocentrismo, uma identidade nacional e manifestações europeias em detrimento da outra.

Desde o início de nossa formação, seja como estudantes e ou como trabalhadores do campo, da cidade, percebemos que as manifestações do racismo, homofobia, preconceitos diversos estavam presentes em nosso cotidiano na escola, na rua e no trabalho; na educação eram

muito mais complexas do que supunha nossa percepção imediata.

Se por um lado a escola é o lócus onde circulam diferenças de gênero, raça, etnia, sexualidade, por outro, ela historicamente tem atuado na transformação dessas diferenças em desigualdades, através de inúmeros mecanismos de poder discursivos e não discursivos presentes em currículos, normas, práticas pedagógicas, etc., os quais atuam na produção de estereótipos e diversas formas de exclusão.

O sistema de ensino brasileiro sempre nos mostrou ser excludente para as denominadas minorias políticas, pois mesmo aqueles que conseguem estar na escola não possuem a oportunidade de um ensino adequado que ofereça um estudo de suas origens, cultura, tradições, práticas, ou seja, que demonstre a sua memória, a sua história. Acreditamos que:

Enquanto não assumirmos, teórica e praticamente, a questão das desigualdades raciais na sociedade em geral, e no sistema de ensino em particular, dificilmente teremos condição de diminuir significativamente as taxas de repetência e exclusão escolar (ROSEMBERG, 1987, p.04).

Ser e atuar como professores, pesquisadores com compromisso social, sempre foi e será nosso objetivo, principalmente no que tange à possibilidade de contribuir com a formação dos profissionais da educação e dos pós-graduandos e graduandos que são e/ou serão aqueles que estarão na rede de ensino junto com as novas gerações. Desta forma, para pensar principalmente o direito à memória de populações tradicionais da Amazônia Tocantina, nosso lócus de atuação profissional, nasceram

várias atividades de extensão que pudessem fomentar a construção de conhecimentos necessários à realização de análises sobre fenômenos sociais e culturais.

Extensão, Cultura e Memória

Para garantir a articulação entre a extensão, o ensino e a pesquisa, de maneira que pudéssemos viabilizar novos caminhos que avançassem às intervenções pedagógicas e às novas tecnologias educacionais, buscamos no planejamento das atividades extensionistas refletir sobre a condição das comunidades tradicionais da /na Amazônia Tocantina, ou seja as populações negras e indígenas, e sobre o modo como estas vêm sendo significadas através dos tempos pela memória e pelo discurso, investigando as formas de se dizer e significar dessas minorias políticas na sociedade contemporânea, especialmente no denominado “ensino público brasileiro”

Através da articulação consistente entre teoria, pesquisa, prática e compromisso social e uma formação humanista, principalmente que buscasse tematizar questões étnico-raciais e as formas de viver, resistir e lutar pela educação desses povos, bem como essas questões podem ser trabalhadas dentro do espaço escolar, partilhamos com vocês, leitores, neste artigo, algumas experiências articuladas por esta equipe que foram desenvolvidas como atividades de extensão, sempre articuladas ao ensino e à pesquisa, movendo o tripé universitário, envolvendo atividades como oficinas e eventos que reuniram, presencialmente pré-pandemia COVID 19 (agosto a dezembro 2019) ou em plataformas digitais

durante a pandemia (março a dezembro de 2000), professores da rede pública do campo e da cidade, alunos da pós-graduação, da graduação, egressos, colaboradores, técnicos-administrativos, representantes de diferentes setores da comunidade.

Os projetos de extensão realizados buscaram pensar questões da diversidade, em especial o preconceito, a homofobia e o racismo, por serem assuntos que tocam, diretamente a questão da "diferença e da violência" na sociedade contemporânea, pois, como nos alerta Schaff (1995), a história não é uma imagem acabada, e sim um processo que interpreta verdades fragmentadas, cumulativas, parciais, não absolutas. A objetividade desta verdade está confirmada, segundo as mutações que delineiam as constantes variabilidades da escrita da história, desta, portanto, na história.

As atividades desenvolvidas nesse período foram direcionadas para a formação continuada de professores / pesquisadores, principalmente da rede pública de ensino da região do Baixo Tocantins e nos momentos de pandemia, quando virtualmente atendendo diferentes regiões do Norte do País, pois acreditamos que é necessário que haja uma compreensão de como funcionam a produção dos discursos na sociedade, especialmente no espaço escolar, dos quais produzem efeitos de sentido, que em sua maioria hegemonizam o sujeito, desnaturalizando, folclorizando outros sentidos, oficializando discursos fundadores, especialmente dos homens e mulheres de comunidades indígenas, quilombolas, negros e negras, afinal "a história é a arte de encenação que compreende a relação entre o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a

construção de um texto. Portanto, a “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (CERTEAU, 1999, p. 65).

A escola faz circular e produz discursos que assumem efeitos de verdade e institui realidades, mas ela também é campo fértil para a desconstrução de narrativas e a construção de contra culturas e discursos contra hegemônicos. E, nesse movimento, a atuação docente e a atenção à sua formação inicial e continuada são ferramentas importantes para que mudanças sociais e culturais ocorram.

Desse modo, a categoria cultura é fundamental em nossas atividades extensionistas, pois entendemos a cultura como memória, trabalho, política, costumes, símbolos, valores e, enfim, como tudo que o homem cria e atribui significado, trabalhamos a memória em constante mudança, como um campo de luta e de disputas. Para além de pensar no seu apagamento como instrumento de poder, ou de construção de hegemonias, temos procurado recuperar as maneiras pelas quais a memória tem sido usada por sujeitos marginalizados, segregados, ou excluídos e como meio de se firmarem na realidade social. Neste sentido, é que nós recorreremos a alguns autores, como por exemplo Thompson (1998), que nos auxiliam na percepção de reafirmarmos a ideia de que, mesmo desigual, a luta entre classes é contínua, os dominantes continuam constantemente a desorganizar a cultura popular, afinal, na disputa cultural nada é pacífico, a luta é dinâmica e sempre vai haver resistências, negociações, táticas e estratégias neste jogo de poder de e sobre a memória.

Partilhar e interpretar o funcionamento das ações de extensão, sobretudo no que concerne aquelas que tocaram no direito à memória e as questões étnico-raciais no espaço escolar, é a questão central que orienta os objetivos, as ações e as reflexões que foram desenvolvidas no âmbito nas atividades de extensão que serão dialogados neste artigo, e isto significa posicionar-se diante do presente com autonomia e crítica, com um olhar político e histórico, com compromisso social e político.

Como nos diz Passerini (1993, p.39), “cremos que nós temos novamente chance especial de reverter velhos procedimentos e de não mais usar mitos do passado para ler o presente, e, sim, usar o presente para reinterpretá-los.” É claro que a luta pela quebra de modelos de comportamento não está terminada. Para uma grande parcela da sociedade, de trabalhadores e trabalhadoras, ainda pesa o discurso discriminatório, racista, machista, homofóbico e classista, tendo como foco a subordinação.

A imprensa possui influência política, social e econômica, inserida nas mais diversas ideologias que reforçam a subordinação da maioria da sociedade. Ela é uma força ativa da história do capitalismo, ela não registra apenas os acontecimentos, mas atua na constituição de modos de vida, perspectivas e consciências históricas (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259). A imprensa e os discursos oficializados devem ser pensados como forma de controle que constroem valores e comportamentos e que representam grupos políticos ou ideologias, onde é possível observar a disputa pelo poder e a prevalência de interesses de uma classe dominante. A Mídia, assim, atua na produção de marcas negativas das diferenças, tendo em grande

medida constituído por veicular e produzir como ideais determinadas histórias, estéticas, corpos e modos de vida em detrimento de outros, caracterizados como estranhos, exóticos, inadequados e por isso inferiores.

A sociedade torna-se palco de disputa e discursos de interesses, política e poder. Domínio e subordinação tornam-se práticas cotidianas do espaço público, onde a vida cotidiana passa por processos de construção social.

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. [...] O mundo da vida cotidiana não é somente como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem as suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real para eles. (BERGER; LUCKMANN, 1996, p.36).

Trabalhar com a memória, o discurso e a história no espaço escolar, pela extensão, nos possibilita a compreensão do passado para entendermos o presente; é através da análise do discurso, da interpretação da história, que foi possível a compreensão de como projetos políticos ideológicos ainda se constituem no tempo presente, seja nos entremeios, no não dito, mas especialmente na representação ideológica constituída através dos tempos. No ir e vir da memória, nos é possível interpretar, entender a constituição dos discursos sobre as comunidades negras ou indígenas dentro do processo de ensino aprendizagem e como esses discursos podem ou não afetar o processo identitário dos sujeitos.

Portanto, é preciso pensar a categoria cultura como um conjunto de significados assumidos e produzidos pelos homens para explicar o mundo. Segundo Sandra Pesavento:

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2003, p. 67)

A cultura faz parte integrante de um campo de mudanças e disputas sociais e políticas, cercado de interesses e reivindicações, assim, entendemos que as táticas e estratégias nos fazem pensar a cultura sempre em processo de (re) significação, ou seja, cultura como movimento (DOMINGUES, 2007, p. 29).

Trabalhar a memória e a historicidade nas atividades de extensão foi fundamental para compreendermos a construção dos discursos, pois o ir e vir da memória faz com que se revivam experiências de tempos passados. Segundo Domingues (2007, p.20), “as memórias são experiências historicamente construídas e constantemente modificadas que fazem do passado uma dimensão importante na constituição do presente”.

A memória é vida, está sempre em constante evolução, sujeita ao ir e vir da lembrança ou do esquecimento, portanto, vulnerável a toda utilização e violação. Desse modo, a memória é, em grande parte, uma operação afetiva que se alimenta de “lembranças enevoadas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, censuras ou projeções”. (NORA, 1993, p. 98)

Não uma memória entendida como “lembrança”, “reminiscência” ou “recordação”, mas no sentido do que Vilela (2001, p. 245) chamou de uma *memória viva* a partir da qual certos acontecimentos – desaparecidos ou

provisoriamente apagados pelo esquecimento – retornam já não com o propósito de reconstituir esses acontecimentos através de uma “moral” que submeta o presente ao passado, mas que faça emergir, na irrupção do acontecimento, sua própria fratura e novas significações como modos de resistência.

De acordo com Costa (2013), memória como resistência e afirmação de existências. E isso significa a possibilidade de “reviver histórias de gente esquecida, num sentido da subversão, significa regredir o tempo linear e possuir a impossibilidade do esquecimento” (VILELA, op.cit, p. 246). Memória como participação na verdade do mundo, pois é sabido que historicamente “negamos a verdade àqueles a quem despossuímos da memória. Sem ela [a memória], a violência é a única possibilidade. Assim, ao incorporarmos a história do outro no presente, o *outro* deixa de ser uma inconsistência ontológica” (VILELA, 2001, p. 246).

Para Walter Benjamim (1987, p.24), o historiador, e aqui completamos os educadores em todas as suas áreas, devem estar especialmente sensíveis para reconhecer esse apelo que vem do passado e promover a rememoração da imagem, dos discursos que se deixa entrever veloz como um relampejo, atualizando-a no presente. É o que ele destaca quando diz que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja em um momento de perigo”.

Desta maneira, as atividades de extensão que serão aqui partilhadas foram organizadas e realizadas em um momento em que se observa um movimento das comunidades tradicionais, da sociedade acadêmica, de

partidos políticos não liberais, de movimentos sociais, de organizações não governamentais que lutam pelo respeito e o direito à memória, pelas vidas pretas, indígenas do Brasil; e dialogar esses acontecimentos pela e na extensão foi fundamental para compreensão dos usos do espaço escolar para formação da cidadania brasileira.

Uma Relação entre a Pós-graduação e a Educação Básica e Fundamental na Amazônia Tocantina

Considerando a extensão como uma conjunção de várias disciplinas, processo educativo, cultural, científico, social e político que promove a relação imprescindível entre a universidade e outros setores da sociedade, o presente projeto de extensão intitulado "Cultura, memória e discurso na e da escola: uma relação entre a pós-graduação e a educação básica e fundamental na Amazônia", nasceu no ano de 2019 como uma das ações de um plano de trabalho de professora visitante do PROCAD Amazônia, no Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário da cidade Cametá no interior da Amazônia tocantina.

O objetivo do projeto foi de oferecer a comunidades acadêmica, escolar, representantes de comunidades quilombolas, indígenas e de movimentos sociais especialmente da região Norte diversas pequenas ações, que articulassem a extensão, o ensino e a pesquisa em torno da memória e dos discursos sobre as questões etnico-raciais na sociedade contemporânea, principalmente

na formação de professores na cidade de Cametá e região. Buscamos no projeto realizar Oficinas Práticas para profissionais da educação, estudantes de cursos de graduação em licenciaturas e ou de pós-graduação, para que pudéssemos dialogar, realizar troca de saberes sobre diferentes práticas culturais, formas de se dizer e fazer da Amazônia Tocantina no espaço escolar, e identificar os discursos discriminatórios mais frequentes dentro deste espaço de aprendizagem.

Todas as atividades realizadas via extensão pelo projeto visaram contribuir para a formação, aprimoramento e desenvolvimento desses profissionais da educação e de suas atividades de ensino através da reflexão sobre a relação entre cultura, memória e discurso e suas especificidades que abrangem as histórias, a sociedade, debatendo as questões teóricas e práticas que interferem no processo de constituição da memória, da interpretação e pensando a cultura no processo de ensino aprendizagem, principalmente das comunidades tradicionais da Amazônia Tocantina, a saber: os povos indígenas, afro-brasileiros/as e comunidades ribeirinhas.

Compreendemos que, para pensar a formação docente e a relação da universidade com a sociedade e com o ensino público, em terras marcadas pela historicidade e experiências diversas dos povos indígenas e africanos e afro brasileiros, é fundamental considerar a questão da cidadania e para isto se faz necessário considerar, “a construção de outro horizonte historiográfico que se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos, que reconheça o direito ao passado

enquanto dimensão básica da cidadania, com destaque na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências do grupo mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída". (PAOLI, 1992, p.25-28)

A opção de trabalhar com memórias nos processos formativos oportunizou inscrever-se na subjetividade e estruturar-se num tempo, que não é linear e no qual o sujeito constrói a si mesmo. A perspectiva da memória abriu espaços e oportunizou aos profissionais participantes a falarem, ouvirem e lerem sobre suas experiências formadoras e práticas pedagógicas, realizando novas experiências de si, as quais puderam criar passagens para outros sentidos, outras significações e transformar seus modos de estar sendo professor e de pensar as diferenças.

Compreendendo a cultura, a memória e o discurso como transformadora e em constante movimento, constituída pelas condições políticas, históricas e sociais, estabelecidas na relação dos diferentes sujeitos com a sociedade, além da reprodução de discursos fundadores e ou "verdades" históricas, uma das primeiras atividades pensadas e organizadas dentro do projeto de extensão foi a realização de Oficinas Práticas que pudessem discutir os processos e as relações acima pautadas numa concepção da construção do discurso e seu poder na construção identitária do aluno e na prática do educador.

Pensando na relação da pós-graduação com a educação básica e fundamental, bem como na inserção social dos alunos do Programa, no segundo semestre de 2019, demos início de forma presencial as ações do projeto de extensão, realizando Oficina Prática de História Oral, na

Escola Estadual Osvaldina Muniz, no município de Cametá, com reunião em grupos e diálogos individuais com os alunos do mestrado e funcionários de diferentes setores da unidade escolar, sempre com a preocupação de compreender o funcionamento da memória no espaço escolar, sobretudo no que concerne aos discursos sobre os diferentes sujeitos, principalmente aqueles denominados minorias políticas. Durante a realização da atividade, foi possível oportunizar ao aluno da pós-graduação uma relação direta com o espaço escolar, bem como com os diferentes sujeitos que compõem a memória da escola.

Para a realização da Oficina Prática de História Oral, primeiramente foram dialogadas e discutidas diferentes questões teórico-metodológicas com os alunos da pós-graduação, desde a importância da memória como categoria de estudo à prática da História Oral como prática social e metodologia de pesquisa no campo da Educação, pois no que diz respeito à História Oral, como Portelli (1997), destacamos o pluralismo resultante dessa prática que trata das visões particulares da verdade, permitindo a construção do conhecimento por várias abordagens, indicando que o momento das narrativas orais é dado a partir do filtro da memória de cada entrevistado e de sua subjetividade, que o levam escolher o que quer dizer ou não.

Cabe ainda destacar que a prática da História Oral nos permite entender, muitas vezes, aspectos que não se encontram exemplificados nas linhas do que está escrito, ou seja:

...o uso do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendido ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos (AMADO, 1994, p.49)

É com esta perspectiva que no projeto de extensão “Cultura, memória e discurso na e da escola: uma relação entre a pós-graduação e a educação básica e fundamental na Amazônia Tocantina” realizamos a Oficina Prática de História Oral, dentro de uma escola estadual, envolvendo a pós-graduação com profissionais da educação. A atividade foi acompanhada o tempo todo pela coordenadora do projeto que participou de todas as entrevistas com os alunos, que acabou se tornando um momento de diálogo solto com os vários colaboradores da escola, desde a coordenação pedagógica, direção, segurança, responsáveis pela limpeza, cozinheira e professores.

Após a realização das entrevistas, em reunião conjunta com todos os participantes, foi possível perceber o quanto foi gratificante aquele momento de se dizer para cada um, cada uma que estava naquele ambiente escolar, pois puderam perceber que são eles que têm que “as informações, e gentilmente compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fato significa lembrar que estamos falando não com “fontes” – nem estamos por elas sendo ajudados – mas com pessoas” (PORTELLI, 1997, p.27) e isto faz uma diferença imensa na vida dos narradores e na troca de saberes.

Como resultado dessa atividade, foi possível concluir que dentro do espaço escolar há diferentes formas de manifestação de linguagem de práticas discriminatórias e

que formas diversas além do ato de falar são escolhidas para estas serem representadas; nas entrevistas as mais citadas foram as questões relacionadas à cor, à mulher, ao gay e à criança deficiente, como se estas não devessem fazer parte deste espaço de ensino.

Vejamos alguns recortes das narrativas:

Uma vez eu escutei “essa professora até que é inteligente, né? (narrativa D)

Eu pelo menos me considero negro tá, eu tenho vários colegas que me chamam de **pretinho**, e eu não me ofendo é um tratamento que nós temos, eu me considero negro tá. Ouve um momento, um dia eu tava num ultimo tempo de aula e tinha um rapaz que era da minha cor tá, também negro e eu falava e **toda vez que eu falava ele batia na carteira, pá, pá, pá**, eu parava ele parava eu iniciava ele pá, isso mais ou menos quase meia aula assim, e eu percebendo isso e ele fazendo, eu parava e ele parava, e quando começava ele batia o lápis. (narrativa C)

Ai na brincadeira **o pessoal encarnam neles: vocês já vão pegar o barco pra atravessar o rio**. Mas eles ficam na brincadeira todo tempo com todos os outros... é porque **o rabudo** tá chegando atrasado. (narrativa A)

São essas situações que eles chamam de viado um para o outro, uma chama de **sapatão** pra outra, mas isso é uma **brincadeira** entre eles, né (narrativa B)

Mesmo a Escola realizando diferentes ações para combater a discriminação, caminhos diversos são encontrados para as manifestações de racismo, machismo e homofobia, seja por bilhetes, rabiscos nas paredes do banheiro, intervenções na hora de fala para atrapalhar o colega, além das formas diretas que já conhecemos do ato de falar e reproduzir discursos discriminatórios, seja por parte dos alunos, dos funcionários ou dos professores, ou seja não importa o status, a posição sujeito, o discurso patriarcal, dominante, de uma sociedade hegemônica se faz

presente no espaço escolar, de forma que inibe e interfere no processo identitário do aluno.

Nos recortes das narrativas, é possível observar o funcionamento do discurso dentro do espaço escolar, como os dizeres reforçam memórias de discriminação, seja pelas questões raciais, patriarcais, homofóbicas e classistas que diferem os sujeito da cidade e das ilhas, causando formas diversas de bullying dentro da escola, que faz muitas vezes parecer natural aos olhos de quem vê e vive, fazendo crer que não está bem ser quem você é.

Foi a partir de experiências como estas, vivenciadas na oficina Prática de História Oral, que novas ações de extensão iniciaram sua etapa de formação docente focadas aos profissionais de educação, as comunidades quilombolas, indígenas, para que juntos pudéssemos buscar caminhos, alternativas, projetos de como contribuir frente ao problema detectado. A partir disso a universidade, atenta às necessidades da região em que se situa, buscou produzir subsídios para a educação que nela se realiza, beneficiando-a assim por meio de projetos de extensão para oferecer a possibilidade a professores da Rede Pública e comunidades tradicionais de serem atendidos pelas atividades, pelas pesquisas, pelas reflexões produzidas no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, que podem contribuir para a prática escolar e, conseqüentemente, para a luta pelo direito à memória pela e na educação.

Estudos sobre Educação em Tempos de Pandemia e de Antifascismo

Após ouvir as experiências de vida dos profissionais da educação da Escola Estadual Osvaldina Muniz, no município de Cametá, transcrever as narrativas orais e dialogar sobre os discursos, as memórias narradas nos Grupos de Estudos com os pesquisadores envolvidos no projeto e alunos da pós-graduação, em meio a pandemia no primeiro semestre de 2020, foi ofertado o projeto de Extensão Estudos sobre Educação em Tempos de Pandemia e de Antifascismo, pois em tempos de COVID 19 e políticas nacionais fascistas todos fomos expostos a uma invasão de discursos e acontecimentos que mudaram os rumos de nossas vidas, um reforço de discursos de ódios e principalmente racistas, machistas e homofóbicos, causando impactos de todos os fatores, sendo o teletrabalho uma das opções para manter os vínculos acadêmicos, teóricos, metodológicos e afetivos com nossos alunos, parceiros de pesquisa e membros da comunidade.

Diante deste contexto, e por acreditarmos que o sujeito é sempre composto pela ideologia e atravessado pelo discurso, foi que propomos as oficinas de Estudos sobre Educação em Tempos de Pandemia e de Antifascismo como forma de (re) significação e compreensão às novas formas que vêm sendo apresentadas e ou impostas pelo sistema político-administrativo à sobrevivência dos sujeitos na sociedade brasileira. Assim sendo, as oficinas tiveram como missão dar continuidade à resolução dos problemas já identificados anteriormente no espaço escolar sobre os

discursos sobre as questões étnico raciais, o machismo e a homofobia.

Desta vez, o projeto tinha como objetivo historicizar os modos de significar as minorias em suas diferentes acepções e de compreender preconceitos e discriminações que afetam uma parcela significativa da sociedade, voltando-se para a investigação e compreensão de diferentes discursos que circularam na história de nossa sociedade, especialmente no âmbito do ensino básico. Trata-se, pois, de analisar, através da história, do funcionamento da linguagem, processos de identificação, estigmatização e discriminação que instalam e afetam os negros, os indígenas, as mulheres, os homossexuais, os ribeirinhos, entre outros, bem como as políticas públicas implantadas na direção desses processos, seja para homologá-los, seja para inibi-los.

O discurso educacional e as instituições educativas operam e influenciam diretamente na constituição de sujeitos. Com frequência, subjetividades têm sido marcadas, estigmatizadas, nomeadas como estranhas e anormais, por meio de currículos e práticas escolares.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são seguramente, lócus de diferenças de gênero, sexualidade, etnia – são constituídos por estas distinções e, ao mesmo tempo seus produtores. Todas estas dimensões precisam ser colocadas em questão. É imprescindível questionar não apenas o que ensinamos, o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (LOURO, 1997, p. 64).

Para esta atividade, foram organizadas duas oficinas de formação docente online, ofertadas gratuitamente aos

professores, estudantes de pós-graduação, graduação, representantes de movimentos sociais e membros da comunidade. Diante do isolamento social, tendo como uma das funções manter o contato próximo e contínuo com os docentes, discentes, para potencializar as habilidades necessárias às produções científicas em sua fase de formação, continuamos a ministrar as atividades de extensão pelas oficinas, palestras e rodas de conversas online para Professoras de Escolas públicas da região do Baixo Tocantins, Universidade Federal do Pará e de de outras instituições do país. Em junho foi ministrada uma das oficinas do Projeto de extensão “Estudos sobre Educação em Tempos de Pandemia e de Antifascismo” com a temática “Memória Metálica na Educação” o qual está disponível no link.

<https://www.youtube.com/watch?v=g9btWHmoT0s&t=1872s>

E para encerrar o projeto em julho realizamos a oficina Discursos Ditatoriais no tempo presente, com a participação e parceria do grande professor Dr Luis Sanfelice, (UNICAMP). Cabe lembrar que o projeto de extensão conseguiu reunir em todos seus encontros no mínimo cem participantes de diferentes instituições do Brasil, todos foram certificados e as atividades podem ser acessadas no canal <https://www.youtube.com/c/UFPAPPGEDUC/>.

A realização das oficinas oportunizaram um momento de diálogo teórico-metodológico e de formação docente, contribuindo diretamente com a possibilidade de diminuição da reprodução dos discursos discriminatórios, lutando contra a memória hegemônica e oportunizando aos educadores novas formas de trabalhar a memória e o discurso em sala de aula, através de um olhar político e

histórico, pois devemos politizar o ofício do educador como nos diz Sarlo (1997), que transcendem em ensinar a ler, escrever, somar, cumprir habilidades e competências e sim não colocar a cultura popular em conservadorismo, ir além da indústria cultural e reivindicar a diferença e o direito à memória, principalmente das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas que vem sendo dissipadas neste país.

Em Busca de Conclusões

Discutir as questões étnico-Raciais, a Cultura e a Memória, e sobre o modo como essas questões vêm sendo significadas dentro do espaço escolar, inegavelmente é um problema emergencial em nossa sociedade, pois o espaço escolar “não é apenas o ‘lugar’ onde os alunos são alfabetizados ou obtêm informações por meio das disciplinas escolares, mas também a instituição em que se aprendem conteúdos sociais e culturais associados a comportamentos, valores e ideários políticos”, a escola é o lugar que oportuniza discutir novos temas, novos olhares, novas formas de se fazer na sociedade e que colabora no processo de construção identitária do aluno (BITTENCOURT, 2009, p. 106).

Realizar ações de extensão pré pandemia e durante a pandemia COVID 19 que contribuíssem para a formação, aprimoramento e desenvolvimento dos profissionais da educação e de suas atividades de ensino, de maneira que valorizassem a cultura e a memória dos povos tradicionais e das denominadas minorias políticas na sociedade brasileira, foi um grande desafio por um grupo de pesquisadores

vinculados ao Programa de Pós-graduação e Cultura e ao PROCAD Amazônia da Universidade Federal do Pará, que buscaram efetivar diferentes frentes de ação extensionistas que pudessem contribuir com a capacitação de profissionais da educação e representantes da comunidade na Amazônia Tocantina.

Foi pela Oficina Prática de História Oral, pelo diálogo da pesquisa com a extensão, no ato de ouvir as experiências de vida e os discursos reproduzidos dentro do espaço escolar, que a os extensionistas envolvidos no projeto se propuseram caminhar na valorização das práticas culturais, dos saberes dos homens e mulheres das florestas e das águas da Amazônia brasileira, e neste contexto novas propostas e ações de extensão emergiram para se repensar a história apresentada nas escolas públicas ribeirinhas através dos discursos, das formas de se falar e de se dizer e suas consequências na formação dos alunos do Ensino Básico e Fundamental, sendo de profundo valor ao visar estabelecer e demonstrar, como é possível e necessário, realizar uma interdisciplinaridade, uma revisão de nossa ação enquanto educadores e formadores de opiniões, podendo este caminho, apresentado em nossa região, acontecer através da relação da Extensão e da Pesquisa, para que se possa criar novas propostas e métodos de ensinar e aprender no espaço escolar.

Observa-se um alto índice de participação, interesse e envolvimento não só dos educadores, mas de representantes, líderes sindicais nas discussões realizadas no espaço acadêmico e na seleção de ingressos no Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins Cametá da Universidade

Federal do Pará, com temáticas étnico-raciais. Há a cada evento um número maior de relatos de experiências, pesquisas sendo apresentadas, e o mais importante, de quilombolas e indígenas ocupando seu lugar dentro do espaço acadêmico e falando de seus saberes, de suas lutas, de suas histórias, fazendo desta forma um uso mais democrático do espaço universitário por parte destas comunidades afro-indígenas.

O projeto “Cultura, memória e discurso na e da escola: uma relação entre a pós-graduação e a educação básica e fundamental na Amazônia Tocantina” e o projeto “Estudos sobre Educação em Tempos de Pandemia e de Antifascismo” foram ações de extensão positivas para a luta do direito à memória, pois oportunizaram discussões fundamentais para a continuidade de novos projetos, que sempre nos mantenha em alerta, sem perder de vista que o preconceito de qualquer forma que seja cria situações de violência ao sujeito; e a educação deve “humanizar e transformar a vida” (FREIRE,1987), afinal, cultura é memória, é linguagem, assim memória é poder.

Referências

- AMADO, JANAÍNA; FERREIRA, MARIETA DE M. (ORG.). **USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL**. RIO DE JANEIRO: FGV, 1994.
- BENJAMIM, WALTER. Tese 6 – SOBRE O CONCEITO DE HISTORIA. *IN: OBRAS ESCOLHIDAS*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1987.
- BERGER, PETER L; LUCKMANN, THOMAS. **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE**. PETRÓPOLIS: VOZES, 1996.
- BITTENCOURT, CIRCE MARIA FERNANDES. HISTÓRIA NAS ATUAIS PROPOSTAS CURRICULARES. *IN: ENSINO DE HISTÓRIA: FUNDAMENTOS E MÉTODOS*. 3. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2009.
- CERTEAU, MICHEL DE. **A ESCRITA DA HISTÓRIA**. RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 1999.
- COSTA, GHISLAINE DIAS DA. **A EDUCAÇÃO COMO TRANSGRESSÃO: NOS HORIZONTES DA ESCOLARIZAÇÃO DE HANSENIANOS NO PARÁ NO SÉCULO XX A (RE) CRIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI**. Tese (DOUTORADO). INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM, 2013, 202 p.
- CRUZ, H. F; PEIXOTO, M.R.C. NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. *IN: REVISTA PROJETO HISTÓRIA*. SÃO PAULO: EDUC, 2007.
- DOMINGUES, ANDRÉA SILVA. **CULTURA E MEMÓRIA: A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA CIDADE DE SILVANÓPOLIS- MG**. DOUTORADO EM HISTÓRIA. PUC/SP, 2007.
- FREIRE, PAULO. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. 17. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1987.
- LOURO, GUACIRA LOPES. **GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO**. 2.ED. RJ: VOZES, 1997.
- NORA, PIERRE. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. *IN: REVISTA PROJETO HISTÓRIA*, PUC, SÃO PAULO, VOL. 10, 1993.
- PAOLI, MARIA CÉLIA. MEMÓRIA, HISTÓRIA E CIDADANIA: O DIREITO AO PASSADO. *IN: O DIREITO À MEMÓRIA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA*. SÃO PAULO: DPH, 1992.
- PASSERINI, LUISA. MITOBIOGRAFIA EM HISTÓRIA ORAL. *IN: REVISTA PROJETO HISTÓRIA*. SÃO PAULO: EDUC, N.10, 1993.
- PESAVENTO, SANDRA JATAHY. **HISTÓRIA E HISTÓRIA CULTURAL**. BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA, 2003.

PORTELLI, ALESSANDRO. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA NA HISTÓRIA ORAL. *IN: REVISTA PROJETO HISTÓRIA*. SÃO PAULO: EDUC, N. 10, 1997, p.23 – 32.

RUSEMBERG, FÚLVIA. RELAÇÕES RACIAIS RENDIMENTO ESCOLAR. *IN: REVISTA E PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, FUNDAÇÃO CARLOS CHARGAS, NOVEMBRO DE 1987.

SARLO, BEATRIZ. **PAISAGENS IMAGINÁRIAS**. SÃO PAULO: EDUSP, 1997.

SCHAFF, ADAM. **HISTÓRIA E VERDADE**. TRAD. MARIA PAULA DUARTE. 6. ED. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1995.

THOMPSON, E. P. **COSTUMES EM COMUM**. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1998.

VILELA, EUGÉNIA. CORPOS INABITÁVEIS. ERRÂNCIA, FILOSOFIA E MEMÓRIA. *IN: LARROSA, J. & SKLIAR, C. (ORG.) HABITANTES DE BABEL – POLÍTICAS E POÉTICAS DA DIFERENÇA*. B.HORIZONTE: AUTÊNTICA, 2001.